



DECRETO Nº 31/2018

Súmula: SOBRE O CREDENCIAMENTO DA **CASA FAMILIAR RURAL**, CNPJ Nº 95.590.923/0001-57, neste ato representada por seu Presidente o Sr. **FRANCISCO GERONIMO KOCH**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Localidade de São Pedro, Município Capanema-Pr. portador da Cédula de Identidade RG nº 5330315-30 SSP/PR e do CPF nº 745.973.379-20-53.

PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON ENGELS Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores:

Fica a entidade credenciada, apresentando a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e sem pendências de qualquer espécie para com o Município de Pérola d' Oeste, base legal Lei 13.019/2014.

1 – Normas de Organização Interna – Requisitos estatutários e regras Contábeis.

1.1- Ter objetivos voltados a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. Art. 33, I

1.2- Ter previsto no estatuto que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido, será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente o mesmo da entidade extinta. Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver; Art. 33, III

1.3 - Manter contabilidade regular com observância aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas brasileira de contabilidade. Art. 33, IV

a) - apresentar declaração firmada pelo contador da entidade de que a mesma faz observância aos princípios de contabilidade. Art. 33, IV



b) - apresentar os demonstrativos contábeis do último exercício; Art. 33, IV

Normas de Organização Interna capacidade para execução da parceria;

2.1 Evidenciar no mínimo 1 ano de existência, com cadastro ativo comprovados por meio de documentação emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Art. 33, V, a

a) Cópia do cartão do CNPJ atualizado.

2.2 Evidenciar experiência prévia na realização, com efetividade de objeto de parceria ou de natureza semelhante: Art. 33, V, b

a) Atestado de experiência emitido por organização/órgão públicos para as quais realizou ações semelhantes, contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, com número de beneficiários, bem como o resultado alcançado.

2.3 Evidenciar instalações condições materiais, e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas: Art. 33, V, c

a) Declaração que disponibilizará a estrutura de recursos humanos e demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

2. Exigência de documentação

3.1 – Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciárias, tributárias, de contribuições e de dívida ativa: Art. 34, II

a) Certidão de regularidade com a Receita Federal, quanto à Dívida Ativa da União conjunta com a previdenciária;

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

c) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidão de Débito Trabalhista;

e) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;

3.2 Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; Art. 34, III

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio



líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

b) Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

c) Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

d) Declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

3.3 - apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual; Art. 34, V

3.4 - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles; Art. 34, VI

3.5 - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; Art. 34, VII

a) Comprovante de água, luz ou telefone em nome da entidade, contrato de locação, instrumento de concessão real de uso.

3.6 - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art 39 da Lei 13.019/2014; Art. 39

3.7 - apresentar Alvará de localização municipal;

3.8 – atender as exigências do conselho de políticas públicas, setoriais e de direitos conforme cláusulas específicas discriminadas no termo de colaboração,

3.9 - apresentar parecer favorável do Conselho Municipal a qual a parceria está vinculada, bem como ata de reunião.

3.10 - apresentar certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3.11 apresentar certidão Liberatória ou documento equivalente expedido pelo órgão municipal competente quanto a regularidade dos Transferências Voluntárias Municipais.

4.0 Plano de Trabalho de Parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento. Art. 22



a) Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

b) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

c) Previsão de receita e despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

d) Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimentos das metas a eles atreladas;

e) Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

5.0 - A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

6.0 - A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

7.0 - Compete a Secretaria Municipal de Educação e da Assistência Social do Município, ou, repartição vinculada, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento, e, aprovação do órgão gestor do Município.

8.0 – Este credenciamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pérola D' Oeste/PR 21/03/2018

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

| PUBLICADO | |
|-----------|-------------------|
| JORNAL | JORNAL DE BELTRAO |
| EDIÇÃO Nº | 6.414 PAG. 6A |
| DATA: | 22/03/2018 |

| PUBLICADO | |
|-----------|------------------------|
| JORNAL | DIARIO OF MUNIC. DO PR |
| EDIÇÃO Nº | 1.468 PAG. 132,133,134 |
| DATA: | 22/03/2018 |